



Brasileiros apóiam decisão do Senado de acabar com a CPMF

Os brasileiros apóiam o resultado da votação do Senado que rejeitou a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) por mais quatro anos, segundo pesquisa do DataSenado realizada nos dias 19 e 20. A proposta de emenda à Constituição (PEC 89/07) foi derrotada pelo Plenário na madrugada do dia 13. O governo só conseguiu 45 votos a favor da prorrogação, quatro a menos do que o necessário.

A decisão do Senado recebeu o apoio de 78% dos entrevistados. Apenas 18% disseram ser contra o resultado da votação. De acordo com Ana Lúcia Novelli, do DataSenado, ligado à Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública (Sepop), o número mostra a rejeição ao imposto criado como provisório, mas que há 11 anos tributa toda a movimentação bancária do país.

Os entrevistados fizeram sugestões para compensar os R\$ 40 bilhões que o governo federal deixará de arrecadar, a partir de 1º de janeiro, com o fim da

cobrança. Cinquenta e um por cento dos entrevistados disseram que o governo deve economizar e cortar gastos. Quarenta e três por cento propuseram uma melhor divisão dos recursos arrecadados. Não há apoio da população para a criação de novo imposto, avalia Novelli.

O DataSenado verificou que 95% dos entrevistados consideram haver muitos impostos no Brasil, e 70% acham que o governo não usa bem o dinheiro arrecadado. Somente 5% afirmaram que o uso é adequado.

O resultado da votação melhora a imagem do Senado, responderam 52% das pessoas. Para 42%, a imagem da Casa continua a mesma.

Foram ouvidas, durante a pesquisa, 784 pessoas, maiores de 16 anos, de todas as capitais brasileiras. Na metodologia, segundo Ana Lúcia Novelli, utilizou-se o sistema de cotas, com margem de erro de 3,5%, para mais ou para menos. O nível de confiança da pesquisa, afirmou ela, é estimado em 95%.

Congresso promulga desvinculação de recursos da União

Proposta aprovada pelo Senado e pela Câmara prorroga até 2011 mecanismo que permite ao governo gastar livremente 20% das receitas. Objetivo é cumprir metas de superávit e pagar juros

As Mesas do Senado e da Câmara promulgaram ontem, em sessão solene, a Emenda Constitucional 56, que prorroga até 2011 a Desvinculação de Recursos da União (DRU). Esse mecanismo foi

o que restou da proposta que prorrogava, também até 2011, a CPMF. Em entrevista coletiva, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, disse que a rejeição da contribuição foi uma “derrota anunciada”. **Páginas 3 e 4**



Osmar Serraglio (em pé, à esq.), Arlindo Chinaglia, Garibaldi Alves e Inocêncio Oliveira na sessão em que a DRU foi promulgada

CPI vai apurar elo da pedofilia com crime organizado

Com sete membros, comissão deverá ter 120 dias para realizar seu trabalho. Pedido foi protocolado ontem. **Página 5**

Plenário aprova sete acordos internacionais

Um deles prevê um centro de educação de adultos na América Latina e no Caribe. **Página 5**



Niemeyer pede atenção para a juventude

Congresso homenageou 100 anos do arquiteto, que participou da sessão por meio de videoconferência. **Páginas 6 e 7**

Parte dos senadores defendem a continuidade das obras no São Francisco; outros querem mais estudos e discussão

Plenário debate transposição de águas

O projeto de transposição das águas do rio São Francisco e o protesto contra a obra feito pelo bispo de Barra (BA), dom Luiz Flávio Cappio – que passou 23 dias em greve de fome, encerrada na quarta-feira por motivo de saúde –, foram tratados ontem em discursos e apertes de vários senadores. O bispo encontra-se internado em um hospital de Petrolina (PE), após ter sofrido um desmaio.

O religioso passou mal ao ser informado da derrubada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), esta semana, de liminar que paralisava as obras de transposição.

Efraim Morais (DEM-PB) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN) defenderam a obra de transposição como forma de levar água aos nordestinos da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco. O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, também defendeu a obra durante entrevista.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) criticou a tática escolhida por dom Cappio para protestar: a greve de fome. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) também condenou a atitude do bispo, que disse considerar antidemocrática, “porque não busca o diálogo”.

Mão Santa (PMDB-PI) e Eduardo Suplicy (PT-SP) defenderam o aprofundamento dos debates sobre a transposição antes da continuidade das obras.

Por sugestão de Suplicy, Paulo Paim (PT-RS) anunciou a intenção de “discutir os dois lados da questão” na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Paim apelou ao bispo de Barra para que não continue com a greve de fome ao sair do hospital.

Esta semana, o Senado criou uma comissão temporária externa



Rosalba louva decisão do STF que possibilita continuidade das obras

para acompanhar a situação do religioso.

Razões humanitárias

Na opinião de Efraim, a continuidade das obras se impõe “por razões econômicas e humanitárias”. Ele disse que o discurso contra a transposição é feito por aqueles que não visitaram o semi-árido nordestino “ou não conhecem a realidade dos homens e mulheres que carregam latas na cabeça por até seis quilômetros para fazer café ou almoço”.

O senador pediu que a imprensa “deixe de focar apenas o posicionamento contrário, como tem feito com a greve de fome de dom Cappio”. Ele anunciou que João Carlos Filho, um enfermeiro da cidade de Souza (PB), também iniciou uma greve de fome, mas para garantir a conclusão da obra, e o caso não foi divulgado. O protesto do enfermeiro se encerrou com a derrubada da liminar que paralisava o projeto.

Efraim acusou o bispo de “abuso de autoridade” ao conchamar pessoas “em nome da fé” contra a obra. Ele rechaçou os argumentos de que os estados doadores da água (Bahia, Sergipe e Alagoas) iriam



Crivella critica forma de protesto escolhida por dom Luiz Flávio Cappio

perder, e de que não há estudos técnicos suficientes.

– É preciso deixar claro que o que se propõe não é a liquidação do rio, mas seu aproveitamento consistente, sob a guarda dos estudos técnicos – ressaltou.

Atentado contra a vida

Já Crivella chamou a atenção de dom Cappio para o fato de as Sagradas Escrituras condenarem veementemente qualquer tentativa de atentar contra a vida, seja a de outrem, seja a da própria pessoa.

– Autoridades e sacerdotes, a todos Deus constituiu, e a cada um cabe prestar contas de seus atos. Mas, entre todos os atos, dos piores é atentar contra a própria vida, o dom supremo de Deus – observou.

A greve de fome também foi criticada por Mozarildo Cavalcanti. Ele afirmou que o bispo católico “não buscou debater as idéias e, como religioso, dá um exemplo aos fiéis de que é possível tentar o suicídio. Isso não está em nenhuma doutrina cristã”.

– Acho que o bispo tem de repensar o seu posicionamento e buscar o caminho do diálogo, da democracia e do debate das idéias – disse.

Rosalba Ciarlini, por sua vez, afirmou que a decisão do STF de derrubar liminar contrária ao projeto da transposição é positiva para a população do sertão nordestino e de outras regiões, que, historicamente, frisou, sofrem com a falta de água e vivem na estagnação econômica em decorrência da inviabilidade do crescimento regional.

– O projeto de transposição, como está sendo executado, vem da época do governo [José] Sarney e é uma reivindicação ainda mais antiga da região. Sei que alguns são contra, mas defendo a transposição por conhecer o potencial de fertilidade das terras que serão beneficiadas – afirmou.

Rebatendo um dos argumentos dos opositores ao projeto, de que a mudança no fluxo de águas do São Francisco pode matá-lo, Rosalba lembrou que “vários projetos de transposição já foram executados, em diferentes partes do mundo, sem que nenhum rio tenha perecido por isso”.

Radicalização

Em entrevista concedida ontem, Garibaldi disse que, a seu ver, não procede o argumento dos críticos do projeto que afirmam não ter havido diálogo sobre o tema no Congresso. Ele lembrou que várias audiências públicas foram realizadas antes do início das obras. Em sua opinião, a greve de fome do bispo dom Cappio é uma “radicalização muito grande”.

– Na região que vai receber água, moram 2 milhões de pessoas. Lá pode até ter água, mas poluída. É um projeto altamente válido do ponto de vista social e ambiental. A água que vai ser retirada não compromete o rio, e o governo está fazendo obras pela revitalização – frisou Garibaldi Alves.

Fotos: Leopoldo Silva



João Ribeiro diz que obra foi muito esperada no noroeste do estado

João Ribeiro anuncia inauguração de ponte no Tocantins

A inauguração de ponte sobre o rio Tocantins, em Pedro Afonso (TO), que ocorre hoje, foi saudada por João Ribeiro (PR-TO). Parceria entre os governos federal e estadual, a ponte, que ligará a BR-153 ao noroeste do estado, custou R\$ 90 milhões, dos quais R\$ 82 milhões direcionados por emendas apresentadas pelo senador.

– Essa é uma obra muito esperada por toda a população da região noroeste do estado, uma região produtora de soja – disse.

Ele destacou ainda os benefícios que a rodovia proporcionará ao restante do estado, e elogiou a Ferrovia Norte-Sul, que chegou próximo à cidade de Guaraí e já tem recursos garantidos até Palmas.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário realiza sessão não-deliberativa

A sessão de hoje, às 9h, é destinada a pronunciamentos de parlamentares. De caráter não-deliberativo, não há votações de projetos. Entre os senadores inscritos para discursar na tribuna estão Gilvam Borges (PMDB-AP) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho, Marco Maciel, Augusto Botelho, Delcídio Amaral e Mão Santa



Gilvam Borges sugere revisão da cobrança do ICMS

Gilvam considera reforma tributária inadiável

Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou que o sistema tributário brasileiro precisa de uma grande reforma – urgente e inadiável – e o comparou a uma casa com problemas que não são mais solucionados por pequenos consertos.

O senador sugeriu a revisão, por exemplo, da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é diferente nas unidades federativas do país e tem mais de 40 alíquotas, por meio das quais os estados praticam guerra fiscal para atrair a instalação de empresas. Segundo ele, os estados deixam de arrecadar mais de R\$ 25 bilhões com a prática.

Reforma política

O senador pediu ainda que o presidente Lula cumpra o prometido em sua posse e encaminhe proposta de reforma política ao Congresso Nacional, instituindo, entre outros tópicos, a fidelidade partidária, o voto distrital e a cláusula de barreira. As duas reformas, avaliou, serão capazes de fortalecer o instituto da democracia e da cidadania.

– Os presidentes passam, os homens são mortais e o poder acaba, porém, na vida política, a organização social e a democracia permanecem – assinalou.

Gilvam criticou o trabalho feito pela oposição para derrotar a proposta que prorrogava a CPMF. Ele disse que quem mais vai sofrer com o corte abrupto de receitas de quase R\$ 40 bilhões são os mais pobres, mas reconheceu, entretanto que o episódio mostrou a necessidade de organização do Estado quanto a sua capacidade de arrecadação e investimentos.

Mecanismo aprovado na quarta-feira pelo Senado permite ao governo federal gastar como quiser 20% dos recursos vinculados pela Constituição às áreas da saúde, educação e previdência social

Congresso promulga emenda que prorroga a DRU até 2011

O Congresso Nacional promulgou ontem a Emenda à Constituição 56, que prorroga a Desvinculação de Recursos da União (DRU) até 2011. Durou menos de cinco minutos a sessão solene programada para formalizar o ato, aberta às 11h20 pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves. A seu

lado, estava o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, também subscritor da emenda.

A proposta de emenda à Constituição (PEC 89/07) que prevê a prorrogação havia sido aprovada pelo Senado, em segundo turno, na noite da quarta-feira. A DRU é um mecanismo que permite ao governo federal gastar ou investir da forma que julgar mais conveniente 20% das verbas do Orçamento que são vinculadas, por força da Constituição, às áreas de educação, saúde e previdência social.

O mecanismo foi criado em 1994, sob a denominação de Fundo Social de Emergência. Parte expressiva dos recursos é reservada ao cumprimento

da meta de superávit, economia que o governo se compromete a fazer para pagar os juros da dívida federal. Nos últimos dias, foram divulgadas estimativas de que as receitas desvinculadas podem variar, em 2008, entre R\$ 80 bilhões e R\$ 90 bilhões.

A renovação até 2011 foi proposta junto com a extensão da vigência da CPMF por meio da mesma PEC, mas, por acordo, os dois dispositivos foram votados separadamente. Na madrugada do dia 13, a prorrogação da CPMF foi rejeitada, mas a DRU acabou aprovada, em primeiro turno.

A votação da PEC que prorroga a DRU foi acelerada na quarta-feira, por acordo de líderes. Eles entraram

em entendimento para suprimir os chamados interstícios – intervalos exigidos entre uma sessão e outra de discussão da matéria.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse que o Executivo comprometeu-se a não reeditar imposto ou contribuição semelhante à CPMF, nem editar nenhum pacote fiscal. Ele acrescentou que os cortes que serão feitos no Orçamento para compensar a perda dos R\$ 40 bilhões que seriam arrecadados com a CPMF deverão ser submetidos ao crivo da oposição.

Além disso, em fevereiro, governo e oposição devem voltar a discutir a regulamentação da Emenda 29, visando garantir mais recursos para a saúde. Outro tópico do acordo, conforme Virgílio, diz que o governo compromete-se a não adotar um discurso pejorativo em relação à oposição nem jogar sobre os “ombros” dos opositoristas a responsabilidade sobre o suposto “caos” que se estabelecerá na saúde com o fim da CPMF.



Osmar Serraglio, Arlindo Chinaglia, Garibaldi, Inocêncio Oliveira e Efraim Moraes

Flexa Ribeiro: base do governo está minguando no Senado

A base do governo no Senado Federal está minguando. Essa foi a conclusão a que chegou o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ao analisar, da tribuna do Plenário, o resultado das votações referentes à CPMF e à DRU. Ele comparou que os 45 votos que os aliados do governo deram em favor da CPMF, insuficientes para a renovação da contribuição, diminuíram para 42 na deliberação sobre a DRU.

– Dos 65 votos favoráveis à prorrogação da DRU, a base do governo no Plenário só contribuiu com 42. Os outros 23 votos saíram da oposição. A base do governo vai minguar ainda mais se não forem tomadas medidas como a melhoria na aplicação dos recursos e o enxugamento de gastos supérfluos – advertiu o senador.

Flexa Ribeiro explicou que, para votar a favor da renovação da DRU, os senadores opositoristas firmaram um acordo com o governo, por intermédio do seu líder, senador Romero Jucá.

Em apartes, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a base do governo esteve presente na sessão que prorrogou a DRU. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) explicou que votou contra a DRU porque ela retira recursos da saúde. Wellington Salgado (PMDB-MG) minimizou a vitória da oposição na votação que derrubou a CPMF. José Nery (PSOL-PA) opinou que a DRU é ainda pior do que a CPMF.

Governo chantageou para tentar aprovar a CPMF, diz Mozarildo



Mozarildo: critérios para liberação de emendas devem ser impessoais

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) denunciou duas tentativas de chantagem que, segundo o senador, teriam sido feitas pelo governo federal contra ele e o governador de Roraima, Otomar Pinto, recentemente falecido, visando modificar sua disposição de votar contrariamente à prorrogação da CPMF.

De acordo com Mozarildo, o governo marcou reunião com Otomar Pinto para propor-lhe a assinatura de um decreto de transferência de titularidade de terras da União para Roraima em troca de seu apoio à continuidade do tributo. O senador acusou também o Executivo de tentar condicionar a renovação da cessão de seu genro, procurador federal colocado à disposição do governo do estado de Roraima, a seu voto favorável à contribuição.

– Esse tipo de chantagem não cola comigo e temos que denunciar para que não se repitam esses episódios.

Ele defendeu o estabelecimento de critérios impessoais a serem aplicados no atendimento de emendas, temendo a possibilidade de o governo retaliar os parlamentares que votaram contra a CPMF não liberando suas emendas.



Kátia Abreu: Senado mostrou que povo é defendido no Congresso

Kátia Abreu adianta agenda para ano que vem

Criar condições para melhorar infra-estrutura brasileira, trabalhar para reduzir a carga tributária e simplificar a arrecadação de impostos, fortalecer os marcos regulatórios e o direito à propriedade. Esses itens fazem parte da lista de iniciativas que a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) pretende adotar em 2008. Ela antecipou que buscará apoio em todos os partidos para transformar em realidade essas intenções.

– Teremos uma longa caminhada em 2008. Por isso, temos que lutar com todas as forças, de forma suprapartidária, para buscar caminhos que liberem o Brasil para crescer de forma sustentável, verdadeira, concreta e consistente. Essas intenções não deverão ser apenas uma tese pessoal minha, mas de toda a nação. O Senado e a Câmara devem dar as mãos em busca desses objetivos – afirmou a senadora pelo Tocantins.

Tese correta

Kátia Abreu lembrou que a decisão tomada pelo Senado de acabar com a CPMF sinalizou à população que ela pode encontrar no Congresso quem a defende. A postura assumida pelo governo federal após perder a CPMF também significou, na avaliação da senadora, que a tese defendida pelo seu partido – de que o excesso de arrecadação supriria o montante que seria arrecadado com a contribuição – estava correta.

Em aparte, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) elogiou a atuação de Kátia Abreu como relatora, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), da proposta que prorrogava a CPMF.

Em entrevista coletiva, o presidente ressalta a importância de reforçar as prioridades do Senado e defende o fim do monopólio das medidas provisórias sobre a pauta



O presidente faz um balanço dos trabalhos do Senado em 2007 e destaca necessidade de mudar o Regimento Interno

Garibaldi afirma que rejeição da CPMF foi uma derrota anunciada

O presidente do Senado Federal, em entrevista coletiva concedida aos jornalistas na tarde de ontem, afirmou que a rejeição da proposta de emenda à Constituição que prorrogava a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 2011 foi uma espécie de “derrota anunciada”, em virtude da forma como foram conduzidas as negociações pelo governo.

– O Senado acertou porque esteve em sintonia com a população. Já o governo, além de ter perdido a batalha da articulação política, perdeu a batalha da comunicação – disse, reafirmando sua posição favorável à prorrogação.

Na entrevista, e até por estar pouco tempo no cargo de presidente, Garibaldi Alves Filho preferiu enfatizar suas expectativas em relação a 2008, em vez de fazer um balanço detalhado da produção legislativa do Senado em 2007. Ele destacou que a instituição viveu, em 2007, uma “crise sem precedentes”, mas disse acreditar que, com o apoio das lideranças e de todos os senadores, o próximo ano poderá ser palco de mudanças significativas em relação ao trabalho parlamentar. Entre as medidas que pretende implementar para melhorar o desempenho do Senado, Garibaldi Alves citou a necessidade de atualizar o Regimento Interno, de

buscar soluções para o acúmulo de vetos presidenciais sem deliberação e de reduzir o monopólio das medidas provisórias sobre a pauta.

– O Congresso tem suas prioridades, e o governo tem outras. Não podemos deixar as nossas pra trás. Não podemos abrir mão de nossa pauta – enfatizou.

Garibaldi reafirmou a intenção de levar adiante a promessa do então presidente interino, senador Tião Viana (PT-AC), de divulgar na internet os gastos com a verba indenizatória dos gabinetes dos parlamentares, a exemplo do que ocorre na Câmara dos Deputados.

Sobre o combate ao nepotismo, questão levantada por um jornalista presente à entrevista, o presidente assinalou que, pelo princípio do realismo, precisa contar com o apoio de todos os senadores.

– Sozinho, não posso garantir nada – disse Garibaldi, que também não considera oportuna nenhuma discussão sobre aumento dos subsídios dos senadores.

Em documento distribuído à imprensa, o presidente demonstrou que, no decorrer de 2007, o Senado aprovou projetos importantes

na área de segurança pública para combater a violência e o crime organizado e tornou possível a ampliação do período de licença-maternidade para seis meses, dando especial contribuição à área social. De 1º de fevereiro a 19 de dezembro, foram realizadas 237 sessões plenárias, das quais 121 deliberativas ordinárias, 23 extraordinárias, 19 especiais e 76 não-deliberativas, destinadas apenas a pronunciamentos dos parlamentares. Nesse período, o total de matérias apreciadas, entre projetos, propostas de emendas à Constituição, medidas provisórias (MPs) e requerimentos foi de 1.359.

Durante a coletiva, os jornalistas receberam o resultado de pesquisa de opinião feita pelo DataSenado revelando que 78% dos entrevistados (784 pessoas de todas as capitais brasileiras) concordaram com a rejeição da CPMF e apenas 18% disseram ser contra a rejeição da matéria pelos parlamentares. O levantamento demonstrou ainda que 52% dos participantes acreditam que o resultado da votação que acabou com a contribuição provisória melhora a imagem do Senado Federal.

Presidente acha que o desempenho parlamentar no Senado vai melhorar no próximo ano

Paim: CDH reforçou princípio dos direitos humanos e sociais

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), senador Paulo Paim (PT-RS), fez um balanço dos trabalhos desenvolvidos pelo colegiado em 2007. Ele relatou que, no decorrer do ano, foram realizadas 60 reuniões, das quais 38 audiências públicas e 22 reuniões deliberativas para a análise de projetos em tramitação ou encaminhados diretamente à comissão, como as duas propostas dedicadas à apresentação e votação de emendas ao Plano Plurianual (PPA) e à Lei Orçamentária Anual (LOA).

– Quando iniciamos nossos trabalhos em fevereiro deste ano, tínhamos uma sociedade que via os direitos humanos como o direito que somente se preocupava com a punição do infrator. Mudamos essa visão para que todos percebessem que direitos humanos são uma preocupação

com a vida e com os seres humanos – assinalou Paim.

Paim lembrou ainda que a comissão realizou vários debates para discutir temas importantes como a violência urbana, sempre sob a ótica dos direitos humanos.

Entre as propostas aprovadas pela comissão em 2007, o presidente do colegiado destacou a de autoria da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) que criou o Programa Empresa Cidadã, com incentivos para quem ampliar a licença-maternidade para seis meses (PLS 281/05); o projeto de lei (PLS 219/07) que dispõe sobre a oferta de procedimentos terapêuticos e a dispensa de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de autoria do senador Tião Viana (PT-AC); e o projeto de lei (PLC 122/06) da então deputada Iara Bernardi que define crimes homofóbicos.



Em reunião da CDH, Ideli Salvatti, Eduardo Suplicy e José Nery

Sistema prisional já é tema de pauta em fevereiro de 2008

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) vai promover, em fevereiro do próximo ano, uma segunda audiência pública para debater irregularidades cometidas no sistema prisional, especialmente a permanência, na mesma cela, de adolescentes, mulheres e homens. O requerimento para a realização desse debate, aprovado ontem, é de autoria do presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS).

As sugestões para discutir o assunto foram motivadas pelo episódio ocorrido recentemente no estado do Pará, e denunciado por toda a imprensa brasileira, em que uma adolescente ficou por vários dias presa numa pequena cela com mais de 20 homens, sofrendo todo tipo de abuso e situação humilhante.

Aposentadoria para trabalho especial terá audiência

A questão das aposentadorias concedidas a servidores públicos, nos casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde e a integridade física, será discutida em audiência pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) no próximo ano. O requerimento para a realização do debate, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), foi aprovado na última reunião do colegiado em 2007, ocorrida ontem.

No próximo encontro, o principal ponto de pauta é o projeto de lei (PLS 68/03) complementar, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-CE), que tramita em conjunto com outras propostas semelhantes formuladas pelos senadores Paulo Paim e Marco Maciel (DEM-PE).

Paulo Paim defende direitos humanos na agenda corporativa

Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem que os direitos humanos devem fazer parte da agenda corporativa das empresas. Ele explicou que a questão envolve a adoção de uma política de remuneração decente, benefícios às carreiras, cuidados com a saúde e a segurança do trabalhador, melhoria nas condições de trabalho, preparação para a aposentadoria e valorização da diversidade, entre outros indicadores.

O parlamentar destacou a visita que a alta comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Louise Arbour, realizou à Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), primeira empresa do mercado de capitais a aderir ao Global Compact, o tratado de responsabilidade social da Organização das Nações Unidas (ONU). Ele lembrou que a Bovespa terá, a partir de 2008, um curso sobre direitos humanos para as corporações.

Gerardo Mangella



Virgílio: recursos da Sufrema são muito importantes para serem contingenciados

Virgílio comemora faturamento do Pólo Industrial de Manaus

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), comemorou ontem o faturamento deste ano do Pólo Industrial de Manaus (antiga Zona Franca). Segundo ele, até outubro o faturamento foi de cerca de US\$ 20 bilhões, crescimento de 10,17% em relação ao mesmo período do ano passado.

O senador comemorou também o anúncio da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) de que irá investir, até 2010, R\$ 121 milhões na educação básica e profissional do estado. Ele informou ainda que o Pólo Industrial produziu este ano mais de 596 mil televisores com tela de cristal líquido (LCD) e mais de 1 milhão de motocicletas.

Virgílio disse também que os recursos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Sufrema) são muito importantes para a região e, por isso, não merecem ser contingenciados pelo governo.

Comissão parlamentar de inquérito a ser criada no Senado deverá investigar utilização da internet na prática de delito e relação com o crime organizado

Malta protocola pedido de criação da CPI da Pedofilia

O senador Magno Malta (PR-ES) protocolou ontem, junto à Secretaria Geral da Mesa, requerimento para a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) com o objetivo de investigar a utilização da internet na prática de crimes de pedofilia. Com a CPI, o parlamentar pretende também apurar a relação desses delitos com o crime organizado.

De acordo com o requerimento, que conta com as 27 assinaturas necessárias para a criação de uma CPI, a comissão será composta de sete membros e igual número de suplentes, e terá um prazo de 120 dias para realizar seu trabalho.

Magno Malta disse que a operação da Polícia Federal deflagrada na manhã de ontem, chamada de Operação Carrossel, produzirá re-



Magno Malta diz que operação da PF "chocará a sociedade brasileira"

sultados "que chocarão a sociedade brasileira, mas que constituirão subsídios para despertar maior atenção dos órgãos governamentais para que seja aprimorada a legislação pertinente".

Márcia Kallume

Em sua justificativa, o senador afirma que a pedofilia é um padrão de comportamento sexual anormal, que pode ser observado em todas as classes sociais. Para Magno Malta, os traumas causados por esse tipo de crime são de difícil tratamento, pois, além do prejuízo físico sofrido pela criança, existem também os danos psicológicos.

Após o requerimento ser protocolado junto à Mesa, as assinaturas dos 27 senadores serão conferidas. Se nenhum dos parlamentares retirar a assinatura, o requerimento será lido em Plenário, ato que cria a CPI. A instalação da comissão de inquérito dependerá da indicação, pelos partidos políticos, de seus representantes na comissão.

Aprovados sete acordos internacionais

O Plenário do Senado aprovou ontem sete projetos de decreto legislativo que encaminham tratados, acordos ou memorandos de entendimento entre o Brasil

e outros países. As matérias já haviam sido examinadas pela Câmara dos Deputados e agora seguem à promulgação pelo Congresso Nacional.

O que foi votado:

- Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre o Brasil e o Reino Unido, celebrado em Londres em abril de 2005 (PDL 112/07)
- Convênio para a Criação do Centro de Cooperação Regional para a Educação de Adultos na América Latina e no Caribe (Crefal), celebrado na Cidade do México em outubro de 1990 (PDL 214/07)
- Acordo de Cooperação entre o Brasil e o Líbano sobre o Combate à Produção, ao Consumo e ao Tráfico de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e sobre o Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e outras Transações Fraudulentas Afins, celebrado em Beirute em dezembro de 2003 (PDL 215/07)
- Memorando de Entendimento entre

- o Brasil e a Noruega sobre Diretrizes Técnicas, Higiênicas e Sanitárias para o Comércio Bilateral de Produtos de Pesca, da Aquicultura e seus Derivados, celebrado em Brasília em outubro de 2003 (PDL 217/07)
- Acordo de Cooperação Cultural entre o Brasil e o Kuwait, assinado na Cidade de Kuwait em fevereiro de 2005 (PDL 218/07)
- Emendas à Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo, de 1979 (PDL 225/07)
- Convenção entre o Brasil e a Federação Russa para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, celebrado em Brasília em novembro de 2004 (PDL 226/07)

Livro dos Heróis terá nome do líder da Revolta da Chibata

O Plenário aprovou ontem projeto de Paulo Paim (PT-RS) que determina a inscrição do nome de João Cândido Felisberto, militar brasileiro negro da Marinha de Guerra do Brasil, nascido no Rio Grande do Sul, e que liderou a Revolta da Chibata (1910), no Livro dos Heróis da Pátria.

O movimento era contrário à punição física a marinheiros por meio de chibatadas, e foi deflagrado após a morte de um marinheiro negro que recebeu cerca de 200 açoites.

A revolta acabou vitoriosa e o governo extinguiu essa modalidade de punição. João Cândido ficou conhecido como "Almirante Negro" ou "Navegante Negro", e foi homenageado por Aldir Blanc e João Bosco com a música *O Mestre-Sala dos Mares*.



Valdir Raupp elogia presidente Lula por não lançar pacote com impostos

Para Raupp, 2007 foi um ano "difícil, mas frutífero"

Em um discurso de balanço das atividades do Senado em 2007, o líder do PMDB, Valdir Raupp (RO), disse ontem que o ano foi "difícil e complicado mas frutífero" em face da disposição ao diálogo demonstrada pelos diversos partidos. Entre as conquistas elencadas pelo parlamentar, destacam-se o crescimento da economia "de forma sólida e sustentável" e a consolidação da liderança do Brasil no plano internacional.

Para o senador, foi um gesto de desprendimento do presidente Lula garantindo, após a rejeição da PEC da CPMF, que não vai mandar para o Congresso nenhum pacote aumentando impostos.



Trabalho do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar é lembrado por Augusto

Augusto Botelho faz balanço das atividades no Senado

Augusto Botelho (PT-RR) apresentou ontem um balanço das atividades desenvolvidas pelo Senado neste ano de 2007, incluindo os mais importantes projetos de lei aprovados e os principais temas discutidos. Ele destacou a regulamentação da Emenda 29 – que fixa os percentuais mínimos a serem investidos anualmente em saúde pela União, por estados e municípios – e a reforma tributária.

O senador também assinalou as atividades do Conselho de Ética, que analisou processos por quebra de decoro movidos contra o ex-presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL).

Wilma de Faria relata a Garibaldi audiência com Lula

Acompanhada de parte da bancada do Rio Grande do Norte e do secretário de Planejamento do estado, Vagner Araújo, a governadora Wilma de Faria esteve ontem com o presidente do Senado, Garibaldi Alves. Ela veio trazer-lhe um relato da audiência em que apresentou

ao presidente Lula as principais reivindicações do estado.

Esses pleitos consistem na continuidade das obras do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, na modernização do trem urbano de Natal e no protocolo de entendimento com a Petrobras para a viabili-

zação do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Norte.

De acordo com a governadora, o presidente Lula lhe informou que as obras do aeroporto estão garantidas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e que esse é um compromisso do seu governo.

Leopoldo Silva

Leopoldo Silva

O Congresso Nacional reuniu-se ontem para homenagear o centenário de nascimento do arquiteto Oscar Niemeyer, comemorado no último dia 15.

O homenageado – que projetou os principais edifícios e monumentos de Brasília, incluindo o Congresso Nacional, a Catedral, os ministérios, o Palácio do Planalto e o Palácio da Alvorada – participou da sessão por meio de videoconferência.

A homenagem – que foi acompanhada também por videoconferência por todas as assembleias legislativas do país – seria realizada apenas pelo Senado, mas, a requerimento do senador Inácio Arruda, transformou-se em sessão do Congresso.

A sessão foi aberta pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho. Participaram da Mesa, ainda, o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia; um neto do homenageado, Carlos Oscar Niemeyer Magalhães; e a gerente do Espaço Oscar Niemeyer e representante da Fundação Oscar Niemeyer, Edenise de Sousa.

A sessão teve início com a cantora Shirley Santos Silva entoando o Hino Nacional. Em seguida, ela interpretou a *Bachiana Brasileira Número 5*, de Villa-Lobos, uma das músicas preferidas do arquiteto.

Niemeyer nasceu em 15 de dezembro de 1907, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1955, no governo de Juscelino Kubitschek, dirigiu o Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital), responsável pela construção de Brasília.

Congresso homenageia 100 anos de Niemeyer



Carlos Oscar Niemeyer Magalhães (E), Chinaglia, Garibaldi e Inácio Arruda durante sessão que homenageou Niemeyer (no telão) e da qual o arquiteto participou por videoconferência

INÁCIO ARRUDA	OSCAR NIEMEYER	ARLINDO CHINAGLIA	IDELI SALVATTI
<p>“Um militante das nobres causas do povo brasileiro”</p> <p>A transformação da sessão de homenagem a Oscar Niemeyer em conjunta foi requerida por Inácio Arruda (PCdoB-CE). Ele também foi um dos autores do requerimento para a realização da sessão especial no Senado. No discurso, Inácio Arruda destacou o humanismo do arquiteto e o fato de que o homenageado sempre esteve ligado às causas do povo. Ele definiu Niemeyer como um “militante incansável das nobres causas do povo brasileiro”.</p> <p>– Niemeyer, querido camarada, irmão de luta e esperança na caminhada que a Humanidade empreende na dura e longa marcha pela construção do socialismo. Aqui não se trata de uma lenda, mas de uma grande, extraordinária, vida do povo brasileiro, a vida de Oscar Niemeyer – disse.</p> <p>O senador afirmou que Niemeyer é um “gigante do século 20 que adentra o século 21”.</p> <p>Inácio Arruda citou as obras de Niemeyer voltadas para os movimentos sociais, como o Memorial da América Latina, o Monumento Tortura Nunca Mais e o projeto da nova sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro, entre outros.</p>	<p>“Protesto dos jovens é mais importante que o meu trabalho”</p> <p>Ao participar, por meio de videoconferência, da sessão conjunta especial do Congresso em comemoração ao seu centenário, o arquiteto Oscar Niemeyer afirmou que, quando vê um grupo de jovens nas ruas protestando, considera que o trabalho deles é mais importante do que o seu.</p> <p>“Sou um ser humano como outro qualquer, sem a menor importância, que olha para o céu e sabe como somos pequeninos neste mundo difícil de viver”, disse o arquiteto ao agradecer a homenagem. Para Niemeyer, a juventude precisa ser cuidada com mais atenção, precisa de solidariedade, pois os jovens saem ao mundo sem saber o que esperar. Ele reafirmou o que tem dito ao longo da sua vida profissional: que a vida é mais importante do que a arquitetura.</p> <p>– Eu faço a minha arquitetura com muito prazer. Não há nada de especial. Procuo dar uma forma diferente, dar forma mais livre. Sou um arquiteto desenhista, nada mais. Eis o papel da minha vida – declarou.</p> <p>Somente depois do quinto orador o arquiteto pediu licença para repousar.</p>	<p>Arquiteto é solidário na genialidade e também no coração</p> <p>O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, disse que sessões como a dedicada a Niemeyer engrandecem quem homenageia. “Esta homenagem é justa e necessária, mas seguramente insuficiente. Oscar Niemeyer nos honra como brasileiro, numa trajetória que vai além da arquitetura e chega à solidariedade humana”, afirmou.</p> <p>Segundo Chinaglia, Niemeyer sempre foi solidário na sua genialidade e em seu coração. O deputado ressaltou que o mundo inteiro reverencia o arquiteto, e o Brasil também, “mas ninguém pode esquecer que ele já foi obrigado a sair do país para poder exercer sua profissão”. Apesar de ter sido expulso da Universidade de Brasília (UnB), lembrou o deputado, Niemeyer não guardou mágoas da cidade, tendo declarado que o prédio do Congresso sempre foi sua obra preferida.</p> <p>– Foi recebido na França de braços abertos e obtive uma permissão de trabalhar como se francês fosse. Hoje, governo, Congresso e toda a população brasileira se unem nesta justa homenagem a esse gênio das artes plásticas e humanista de grande valor e sensibilidade – concluiu.</p>	 <p>Destaque à luta política em favor dos mais humildes</p> <p>A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), destacou a luta do arquiteto “contra a injustiça, a opressão e a miséria”. Para a senadora, Niemeyer sempre se posicionou a favor dos movimentos sociais e jamais abandonou aquilo que vem pregando ao longo dos anos: solidariedade entre as pessoas. “A nação brasileira ama, admira e respeita Oscar Niemeyer”, afirmou.</p> <p>Com o objetivo de resumir a obra do arquiteto, a senadora lançou mão da seguinte frase do poeta Ferreira Goulart: “Oscar nos ensina que a beleza é leve”.</p> <p>Ideli, que também foi uma das autoras do requerimento que resultou na homenagem, disse que Niemeyer, “ao lado de sua magnífica obra que orgulha cada brasileiro”, sempre teve um claro posicionamento político, lutando a favor dos mais pobres.</p>

Fotos: Jane Araújo

EDUARDO SUPLICY



Estilo próprio e respeitado em todo o mundo

Com uma mistura de curvas e retas, Oscar Niemeyer criou um estilo próprio, respeitado em todo o mundo “pela capacidade de transformar sonhos em matéria”, disse Eduardo Suplicy (PT-SP).

– Niemeyer é um artista que soube captar a beleza das linhas na construção de um mundo mais bonito e provou ser possível atuar na profissão sem se omitir, mantendo-se politicamente engajado.

O senador afirmou que, a partir do momento em que Niemeyer criou o complexo da Pampulha (em Belo Horizonte), “o Brasil e o mundo se abriram para uma arquitetura nova, de formas mais livres”.

MARCO MACIEL



Destaque ao humanismo e à criatividade

Segundo Marco Maciel (DEM-PE), Oscar Niemeyer é, no campo da cultura, da ciência e da arte, o brasileiro mais respeitado do planeta. O senador destacou o humanismo, a coerência e a criatividade de quem classifica como “cidadão do mundo e do século”.

– Niemeyer é alguém que tem uma visão dilatada do mundo e de seus problemas e que se reflete, sobretudo, pela preocupação com o social – ressaltou.

Maciel entregou ao neto de Niemeyer presente à sessão um jogo de xícaras de café adornado com o motivo dos azulejos de Athos Bulcão que ornamentam alguns dos salões do Congresso.

EFRAIM MORAIS



Capacidade de inovação e de superação

O 1º secretário da Mesa do Senado, Efraim Moraes (DEM-PB), disse que, como engenheiro, conhece as dificuldades que cercam o longo trajeto que vai da elaboração do projeto até a realidade da obra completada. Para Efraim, Niemeyer inova e se supera a cada projeto que elabora.

Ele destacou que o arquiteto sempre usou materiais baratos e linhas simples. “Apesar de tantas influências diferentes, ele conseguiu fazer coisas novas em Brasília, em Niterói, em São Paulo, sempre perseguindo as linhas curvas que marcaram seu trabalho e revolucionaram a arquitetura brasileira e, depois, a mundial.”

FRANCISCO DORNELLES



“Niemeyer foi um dos fundadores do Brasil moderno”

Francisco Dornelles (PP-RJ) disse que o arquiteto, “que ajudou a fundar o Brasil moderno”, é, atualmente, um dos brasileiros mais conhecidos e admirados em todo o mundo. Para o senador, Niemeyer sempre surpreendeu a todos com as suas obras de “rara beleza e leveza”.

– A sociedade brasileira se orgulha de ver Oscar Niemeyer sendo apontado como um gênio da arquitetura mundial.

Em aparte, Eduardo Suplicy solicitou à Mesa que incluísse na homenagem o discurso feito na terça-feira por Pedro Simon (PMDB-RS), que enalteceu a vida e a obra do arquiteto.

JOSÉ NERY



Militância política e compromisso com a transformação social

Segundo José Nery (PSOL-PA), realçar a trajetória política de Niemeyer é reverenciar sua militância e seu compromisso com a transformação social no Brasil. O senador lembrou que o arquiteto ingressou no Partido Comunista Brasileiro em 1945 e esteve ao lado de grandes combatentes na luta por justiça social, como Luís Carlos Prestes.

Das obras de Niemeyer, Nery destacou o Campo do Ibirapuera e o Memorial da América Latina, em São Paulo; os monumentos de Brasília; o Sambódromo, no Rio de Janeiro; e a sede do Partido Comunista Francês, em Paris, entre “centenas de grandes obras”.

ALOIZIO MERCADANTE



Papel marcante na construção da identidade nacional

Um dos autores do requerimento da homenagem a Oscar Niemeyer, Aloizio Mercadante (PT-SP) afirmou, citando texto do Prêmio Pritzker da Arquitetura, que o trabalho do arquiteto captura a essência da cultura brasileira e lhe dá forma. Ele destacou o papel de Niemeyer na construção da identidade nacional. Mercadante citou ainda declarações do arquiteto como a de que “a vida pode mudar a arquitetura”.

– Talvez essa frase represente a beleza de seu pensamento, a sabedoria de compreender e de reafirmar que, no dia em que o mundo for mais justo, a arquitetura será mais simples – declarou.

PAULO PAIM



Harmonia entre arte, poesia e desafios da vida

A coerência de ideais de Niemeyer foi destacada por Paulo Paim (PT-RS). Ele lembrou que, mesmo nos anos da ditadura militar, Niemeyer se definia como “arquiteto e comunista”, o que faz até hoje.

Para o senador, ao elaborar grandes obras, Niemeyer nunca deixou de olhar as questões sociais, “sempre harmonizando os conceitos de arte e poesia, sem jamais esquecer o desafio da vida”.

– Da canção, da poesia ele faz uma obra. É isso que me encanta desse gênio, desse gigante que está, sem sombra de dúvida, acima, além do nosso próprio tempo – afirmou.

PAULO DUQUE



Um apelo à preservação da obra do arquiteto

Paulo Duque (PMDB-RJ) fez um apelo pela preservação da obra de Niemeyer. Na ocasião, pediu aos senadores que aprove, de imediato, projeto de lei de sua autoria que propõe ao governo federal a doação ao governo do estado do Rio de Janeiro do prédio denominado Palácio Gustavo Capanema (PLS 107/07).

O prédio, que abrigou durante anos o ex-Ministério da Educação e Saúde, foi projetado por Niemeyer e representa, na avaliação de Paulo Duque, “um marco da arquitetura moderna brasileira”. Segundo informou o senador, o edifício encontra-se abandonado e em processo de deterioração.

FLEXA RIBEIRO



Obras devem ser pensadas como oferta à coletividade

A sessão de homenagem ao centenário de Oscar Niemeyer foi, na opinião de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), uma ocasião para os brasileiros celebrarem “um dos mais destacados nomes da arquitetura do planeta, comparável à estatura de um Michelangelo”. O senador ressaltou que os 100 anos de Niemeyer foram comemorados em vários países, entre eles a França, onde o arquiteto recebeu a Medalha da Legião de Honra.

– Para Niemeyer, a arquitetura é sim uma invenção, mas não solitária. Longe de imaginar que o arquiteto possa se isolar em suas obras, cumpre pensá-las como oferta à coletividade – disse.

MÃO SANTA



Maior idealizador e empreendedor do século 20

“O arquiteto Oscar Niemeyer só perde para o arquiteto do universo, o nosso Deus”, afirmou o senador Mão Santa (PMDB-PI) durante a sessão de homenagem.

– É tempo de deflagrarmos uma campanha para o Brasil ter um Prêmio Nobel. Eis o homem, o nosso homenageado, Oscar Niemeyer – defendeu.

Mão Santa disse ainda que a obra de Niemeyer “salta aos olhos” e sempre será motivo de orgulho de todos os brasileiros.

– O século 20, no meu juízo, tem dois nomes. O político foi JK; o sonhador, o idealizador, o empreendedor foi Oscar Niemeyer – avaliou.



Leopoldo Silva

Projeto de Jonas Pinheiro prevê emissão de títulos de dívidas públicas

Jonas Pinheiro defende prorrogação de dívidas já negociadas pelos estados

Jonas Pinheiro (DEM-MT) apresentou ontem projeto que altera resolução do Senado (43/01) para possibilitar que os estados emitam títulos de dívidas públicas, com o propósito de amortizar ou quitar dívidas renegociadas com a União. A medida prorroga o pagamento dos débitos em 30 anos, com carência de seis.

O estado do senador, Mato Grosso, paga hoje 15% de toda a sua receita líquida mensalmente e deve um total de R\$ 5,3 bilhões da dívida consolidada. Jonas Pinheiro lembrou que Mato Grosso vem cumprindo com rigor a Lei de Responsabilidade Fiscal e, assim como outros estados na mesma condição, depende de

novo reescalonamento do seu passivo, o que permitirá a liberação de recursos utilizados na amortização das dívidas para aplicação em infra-estrutura e em crescimento.

– A operação deve ter a aprovação da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, Secretaria de Tesouro Nacional (STN),

Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e do Senado Federal. Após essas aprovações, a operação de lançamento de títulos no mercado internacional de capitais será coordenada pelo Banco do Brasil, e a garantia aos investidores será assegurada pela receita orçamentária estadual – concluiu.

Mão Santa quer garantir reajuste de 16,7% a aposentados

Mão Santa (PMDB-PI) pediu aos parlamentares que derrubem o veto do presidente da República ao aumento de 16,7% para os aposentados e pensionistas. Esse índice, igual ao do salário mínimo, foi aprovado pelo Congresso, porém vetado pelo presidente Lula. O senador propôs que os parlamentares dêem, como presente de fim de ano a essa categoria, a derrubada do veto.

– O aumento que esta Casa deu, com responsabilidade, de 16,7%, nosso presidente vetou, reduzindo para 4% – disse.

Mão Santa leu uma mensagem eletrônica enviada a ele por um aposentado que reclama do tratamento dispensado por parte do governo federal e também elogia os senadores pela reprovação da proposta de emenda constitucional que prorrogaria a CPMF.

José Nery denuncia crime ambiental em Abaetetuba

José Nery (PSOL-PA) denunciou ontem que o rio Arienga, no município de Abaetetuba (PA), está contaminado devido a vazamento provavelmente oriundo da Usina Siderúrgica do Pará (Usipar), já interdita.

O senador disse que os peixes estão morrendo, e a contaminação está prejudicando a população ribeirinha. Ele afirmou que a pesca é a principal fonte de alimento e renda da população ribeirinha local e, além da mortandade de peixes, os habitantes estão sujeitos a graves problemas de saúde. De acordo com a imprensa, alguns moradores locais ouviram uma explosão no último dia 7, e no dia 9 vários peixes já apareceram mortos.

– O que chama a atenção é que a empresa envolvida recebe investimentos públicos e benefícios fiscais – salientou.

Meirelles: mobilidade social mostra que o país melhorou

Presidente do Banco Central diz que migração de 20 milhões de pessoas das classes D e E para a classe C é resultado do aumento do nível de emprego e da massa salarial, entre outros fatores

O presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, declarou que cerca de 20 milhões de pessoas migraram das classes D e E para a classe C nos últimos cinco anos. Segundo Meirelles, essa situação é resultado, entre outros fatores, do aumento do nível de emprego e da massa salarial, da maior oferta de crédito e dos benefícios provenientes dos programas sociais implementados pelo governo federal. As declarações foram dadas ontem em audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Meirelles afirmou que a massa salarial real (descontada a inflação) cresceu 6,4% entre novembro de 2006 e novembro de 2007.

– Vamos entrar em dezembro com uma das menores taxas de desemprego dos últimos anos

Brasil precisa ter competitividade na economia, diz Delcídio Amaral

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) disse ontem que o maior desafio do país é ter competitividade, e que dois leilões ocorridos recentemente poderão contribuir nessa direção: o do segundo lote das rodovias federais e o da construção da usina hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira, a primeira a ser erguida no local.

– A realidade é que o histórico dos investidores espanhóis tem sido de sucesso e êxito no Brasil. Tivemos preços de pedágio muito aquém do que se verifi-

– frisou o presidente do Banco Central.

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) disse que “existe distribuição de renda no Brasil, mas esta ainda é muito pequena quando comparada à regressividade da carga tributária” – referindo-se à distorção que faz com que as pessoas com menos renda paguem proporcionalmente mais tributos.



Henrique Meirelles e Mercadante (D) em reunião da CAE

J. Fielins

Meirelles informou que, segundo a mais recente Pesquisa Focus, o mercado financeiro espera que a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) seja de 4,2% em 2008. Se esse número se confirmar, a alta de preços no ano que vem ficará abaixo do centro da meta fixada pelo governo, que é de 4,5% – o mesmo percentual, aliás, fixado para este ano.

O presidente do BC salientou ainda que a inflação registrada pelo IPCA entre novembro de 2006 e novembro deste ano foi de 4,19%.

Gastos públicos

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) defendeu a atuação do BC, mas criticou o governo federal quanto aos gastos públicos. Ela argumentou que essas despesas representam pressões inflacionárias sobre a economia.



Delcídio destaca leilões do segundo lote de rodovias federais e da usina do rio Madeira

Leopoldo Silva

dimento.

Delcídio avaliou que a implantação futura de um pólo gás-químico, na fronteira entre o Brasil e a Bolívia, será “um divisor de águas” no desenvolvimento da região Centro-Oeste.



Leopoldo Silva

Alvaro credita melhora inegável das condições de vida dos brasileiros ao plano

Alvaro Dias presta tributo aos criadores do Plano Real

“É preciso ter memória.” Com essa frase, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) encerrou discurso no qual fez um tributo aos economistas e políticos responsáveis pelo lançamento do Plano Real, em 1994, quando se iniciou a estabilidade da moeda brasileira por meio do controle da inflação.

Lançado durante a gestão do ex-presidente Itamar Franco, com Fernando Henrique Cardoso à frente do Ministério da Fazenda, o Plano Real foi aprofundado após a eleição de FHC para presidente, lembrou Alvaro, quando foram feitas reformas para “eliminar as estruturas atrasadas e injustas que travavam as potencialidades nacionais”.

– [O plano] representou mudança radical de atitude que permeou toda a população brasileira. Trouxe previsibilidade e restaurou a capacidade de planejar racionalmente – disse.

O senador fez um histórico dos planos editados desde a década de 80 para controlar a inflação, que chegou a 83% ao mês e afetava a população por corroer o poder de compra de seus salários. Ele ressaltou que hoje há uma melhora inegável das condições de vida do brasileiro, sem remarcação de preços, e creditou isso ao Plano Real e à valorização da moeda nacional. A partir daí, observou, foi possível criar ainda programas sociais que atendem aos que vivem em linha de miséria, como o Comunidade Solidária, que deu origem aos programas atuais.